



XXXV SALÃO de INICIAÇÃO CIENTÍFICA

6 a 10 de novembro

Evento	Salão UFRGS 2023: SIC - XXXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2023
Local	Campus Centro - UFRGS
Título	O direito itinerante: normas sociais e o poder de polícia no comércio ambulante do Centro Histórico de Porto Alegre
Autor	RAPHAELA FERREIRA DE OLIVEIRA
Orientador	LUCAS PIZZOLATTO KONZEN

Título: O direito itinerante: Normas sociais e o Poder de Polícia no comércio ambulante do Centro Histórico de Porto Alegre

Aluna: Raphaela Ferreira de Oliveira

Orientador: Lucas Pizzolatto Konzen

Em junho de 2023 jornais noticiaram atos protagonizados pelos lojistas do Pop-center, que reivindicavam o cumprimento da Lei Municipal nº 10.065, regulamentadora do comércio ambulante na cidade de Porto Alegre. Segundo os lojistas, o aumento do comércio ambulante no Centro Histórico tem lhe causado prejuízos, na medida que os ambulantes ostentam melhores preços em relação ao comércio formal, devido aos baixos custos comerciais característicos da situação de irregularidade. Diante das reivindicações, o prefeito informou que quando finalizada a revitalização do quadrilátero central não haverá mais comércio ambulante no local, corroborando com a postura tradicionalmente combativa adotada pelo Município em relação ao comércio de rua. Todavia, mesmo diante das atitudes municipais, o comércio ambulante persiste, encontrando meios de seguir utilizando-se do espaço público como ambiente de labor. O propósito deste trabalho é compreender os impactos do poder de polícia exercido pelo Município na produção de normas sociais, utilizadas para regular o espaço urbano público, pelos vendedores ambulantes do Centro Histórico. A hipótese central é que a ocupação do espaço público pelos ambulantes se dá através de um sistema de autorregulação, fundado em normas sociais. Essas normas, por sua vez, emergem como resposta às práticas de regulação e fiscalização, oportunamente vigorosas ou distensas, exercidas pelo Município. Objetiva-se compreender os mecanismos que permitem a contínua ocupação do espaço público pelos ambulantes, em contraponto e virtude das ações conduzidas pela prefeitura. Buscara-se realizar uma pesquisa mista de método indutivo, visando, a partir de dados, testar a veracidade da hipótese central. Primeiro, será realizada uma análise da legislação municipal e seus respectivos projetos; em segundo, serão analisados relatórios das ações de fiscalização; e por fim, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com ambulantes que atuam no Centro Histórico e agentes diretos de fiscalização. Com a reunião das informações, buscarei padrões capazes de testar a hipótese central.